



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Avenida André Araújo, nº 200 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tre-am.jus.br

PORTARIA SEDE/NGGSGP

PORTARIA N. 200, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025

Aprova o Programa Anual de Capacitação - PAC, do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, para o exercício de 2025.

A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, considerando as exigências contidas no art. 10 da Lei n.º 11.416/2006, bem como o teor da Resolução TSE n.º 22.572/2007, que institui o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral, a Resolução CNJ n.º 192/2014, com alteração dada pela Resolução CNJ n.º 246/2018, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário e o disposto no art. 8º da Resolução TRE/AM n.º 005/2009 e, ainda, o Planejamento Estratégico Institucional, o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, aliados às necessidades de capacitações obrigatórias por força de normativos vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o **Programa Anual de Capacitação 2025 - PAC/2025**, constante do **Anexo** desta Portaria, que será administrado e executado pela Seção de Capacitação da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento.

§ 1º O atendimento das ações do PAC/2025 estará condicionado à disponibilidade orçamentária, ao planejamento de capacitação elaborado pela Seção de Capacitação, à oferta de cursos no mercado que atendam às necessidades identificadas e, quando se tratar de ação emergencial não constante do Anexo, às justificativas dos setores acerca da necessidade e aplicabilidade da capacitação pretendida.

§ 2º Os cursos listados no Anexo desta Portaria servem como sugestões para o desenvolvimento das lacunas identificadas podendo ser substituídos por outros que, de igual forma, atendam as referidas necessidades.

§ 3º A Seção de Capacitação deverá realizar o planejamento das ações de capacitação de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência, observando-se a necessidade de capacitação das unidades, conforme necessidades identificadas.

Art. 2º As capacitações indicadas em razão das obrigações por força de legislações ou decisões e aquelas essenciais aos trabalhos nas comissões e atividades das unidades, bem como as relacionadas às execuções das iniciativas estratégicas do Plano Estratégico Institucional, do Plano de Tecnologia da Informação, do Plano de Gestão de Pessoas, do Plano

de Auditoria e do Plano da área de Contratações foram classificadas como de **prioridade alta** e deverão ser priorizadas quando da execução do PAC/2025.

Parágrafo único. As capacitações classificadas como **prioridade média** e agrupadas em áreas temáticas, poderão ser atendidas desde que não prejudiquem o planejamento da execução das capacitações classificadas como de “prioridade alta”, observadas as condições constantes no artigo 1º.

Art. 3º A Seção de Capacitação deverá buscar soluções para otimizar os recursos orçamentários destinados à capacitação, priorizando os eventos de capacitação na modalidade *in company* ou por ensino à distância - EaD ou, ainda, a realização de ações de capacitação através de instrutoria interna.

Parágrafo único. Sempre que possível, deverão ser consultados outros órgãos do Poder Judiciário Federal, da Justiça Estadual e Ministério Público sobre a possibilidade de se promover cursos compartilhados, com a finalidade de otimização da execução dos recursos públicos.

Art. 4º A indicação de servidores para cursos deverá recair, obrigatoriamente, sobre os servidores onde foram identificadas as maiores lacunas de competência a serem desenvolvidas e, quando houver um maior quantitativo de vagas ofertadas, deverá ser aberta a participação a outros servidores com as mesmas lacunas de capacitação identificadas.

Parágrafo único. Para as capacitações não listadas no Anexo, a Seção de Capacitação deverá analisar a real necessidade de atendimento da capacitação solicitada, verificando se a matéria advém de decisão ou novo regulamento/procedimento ou, ainda, se os servidores indicados já foram beneficiados, nos 2 (dois) anos anteriores, com capacitações em tema equivalente, sem que tenha havido significativa alteração no conteúdo abordado.

Art. 5º Os servidores que participarem de capacitações deverão, no interesse da Administração, transmitir os conhecimentos auferidos aos outros servidores do próprio setor e aos demais setores do Tribunal com interesses afins com o tema do evento, conforme dispõe o artigo 8º da Resolução TRE-AM n. 005/2009.

Parágrafo único. Cabe à Seção de Capacitação a viabilização de grupos de estudos para a transmissão dos conhecimentos de que trata o *caput*.

Art. 6º Os servidores deverão priorizar as capacitações relacionadas no Anexo desta Portaria, ou similares, identificadas pelas suas respectivas unidades de lotação, quando requererem afastamento para usufruto de Licença para Capacitação, bem como quando realizarem capacitação para fins de concessão de adicional de qualificação decorrente de ações de treinamento ou para fins de progressão funcional.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora-Geral.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CYNTHIA EDWARDS MOUTA
Diretora-Geral do TRE/AM

ANEXO DA PORTARIA N. 200/2025

PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2025

NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO GERAL
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Habilidades específicas para a atividade de Segurança Judiciária (Resolução TSE n. 22.572/07)	3	Técnicos Judiciários da Área de Segurança Judiciária e Membros da Comissão Permanente de Segurança.
Desenvolvimento Gerencial (Lei n. 11.416/2006 e Resolução TSE n. 22.572/2007)	80	Gestores de todas as unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Formação de Pregoeiro e Agente de Contratação	3	Servidores designados Pregoeiros, Equipe de Apoio e/ou lotados na Seção de Licitação.
Política de Acessibilidade e Inclusão (Resolução CNJ n. 401/2021)	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Política de Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia (Resoluções CNJ n. 492/2023)	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação (Resolução CNJ n. 351/2020)	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Política de Gestão da Inovação (Resolução CNJ n. 395/2021)	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Política Nacional de Justiça Restaurativa (Resolução CNJ n. 592/2024)	20	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Política de Prevenção e Medida de Segurança voltada ao Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Recomendação CNJ n. 102/2021)	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Atendimento ao Público com Foco na Inclusão e Acessibilidade	80	Servidores que atuam principalmente no atendimento ao público: SJD, SEEXP, CATE, Zonas Eleitorais, Postos de Atendimento e outros.
Lei Geral de Proteção e Privacidade de Dados Pessoais {#LGPD}	30	Servidores que realizam publicações nos sítios internos e externos, como portal da transparência: CRE, AGG, NGGs, OUV, STI e demais interessados.
Prestação de Contas Partidárias e Eleitorais	80	Servidores lotados principalmente nas Zonas Eleitorais/Postos de Atendimento e SJD.
LIBRAS - Básico/Intermediário	80	Servidores que atuam principalmente no atendimento ao público: SJD, SEEXP, CATE, Zonas Eleitorais, Postos de Atendimento e outros.
Redação Oficial e Linguagem Simples e Inclusiva	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Gestão do Teletrabalho na Administração Pública	10	Servidores designados para a Comissão Gestora do Teletrabalho.
PJE - Processo Judicial Eletrônico (atualização, automação e nivelamento)	50	Servidores lotados principalmente nas Zonas Eleitorais/Postos de Atendimento, SJD e CRE.
Aplicação de Inteligência Artificial (IA) no Serviço Público	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.

NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO - AUDITORIA
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Auditoria no Setor Público - Processo de Auditoria com foco em Governança, Riscos e Controle	4	(PAC - AUDITORIA) Servidores lotados na Coordenadoria de Auditoria e demais indicados
Auditoria Contábil e Financeira no Setor Público	6	
Auditoria em Segurança da Informação	2	
Auditoria Baseada em Risco	6	
Auditoria Operacional	6	
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	6	
Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental	6	
Elaboração de Relatórios de Auditoria	6	
Auditoria e Compliance em TIC	5	

NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO - TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Foundations of Incident Management	2	(PAC - TECNOLOGIA E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO) Servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comissão Permanente de Segurança da Informação
Advanced Topics in Incident Handling	2	
GoHacking Active Directory Defense	3	
GoHacking Secure Coding and DevSecOps	12	
CEH - Certified Ethical Hacker	3	
Administração do Windows Server 2019	2	
DEVSECOPS	7	
Quality Assurance - QA	7	
Contenização	7	
ITIL	12	
COBIT	12	
IT Risk Management	4	
Nutanix Data Services Administration	3	
Veeam Backup & Replication Architecture and Design	2	
Administração em Bancos de Dados	9	
Inteligência Artificial / Administração de Dados	10	

Arquitetura e Desenvolvimento de Sistemas, Ferramentas e Aplicativos em Nuvem	9
Treinamento Oficial - Red Hat Learning Subscription Standard	10

NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO - LICITAÇÕES E CONTRATOS
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE ALTA

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Contratos Administrativos: Do Planejamento à Gestão e Fiscalização do Contrato	20	(PAC - LICITAÇÕES E CONTRATOS) Servidores que ocupam “funções-chave” nas contratações (dirigentes, pregoeiros e servidores da SELIC, SECONT e da COAUD, gestores e fiscais de contratos, servidores que atuam na pesquisa de preços e nas demais fases dos processos de contratações, além dos membros do Núcleo Permanente de Contratação e demais indicados)
Contratação Direta e Dispensa Eletrônica de Licitação	20	
Uso da Inteligência Artificial nas Contratações Públicas como ChatGPT e Similares	8	
Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos (CONASJUR)	2	
Fiscalização de Serviços de Manutenção Predial	2	
Aditivos e Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Obras Públicas	2	
Elaboração de Planilha de Custos/Formação de Preços	10	
Elaboração de Termo de Referência, Editais e outros Artefatos da Contratação	10	
Cálculos Trabalhistas (inclusive Rescisão Contratual) - Serviços Contínuos	4	
Building Information Modeling (BIM) para Obras Públicas	2	

NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO SEGMENTADAS POR ÁREA
INTERESSE INSTITUCIONAL - PRIORIDADE MÉDIA

ü Área 1: ATENDIMENTO EFICIENTE, PRODUTIVIDADE E ORGANIZAÇÃO PESSOAL

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Excelência no Atendimento ao Público Interno e Externo e Ética e Etiqueta Profissional	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Cerimonial e Protocolo	20	Servidores lotados nas unidades ASCEP e EJE e demais indicados.
Organização, Administração do Tempo e Produtividade no Ambiente de Trabalho	80	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.

Tratamento de Denúncias na Ouvidoria	3	Servidores lotados na Ouvidoria
Data Science	3	Servidores lotados na AGEL.

ü **Área 2: CHEFIA, LIDERANÇA, EQUIPES E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Gestão, Mediação e Conciliação de Conflitos	60	Gestores e demais interessados das unidades, inclusive ZONAS ELEITORAIS
Inteligência Emocional com Foco no Desenvolvimento de Gestores, Líderes e Profissionais de Alta Performance	30	
Formação de Líderes e Sucessores	30	

ü **Área 3: SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Introdução à Audiodescrição	10	Membros da Comissão e demais indicados
Gestão Socioambiental	40	
Ferramentas Digitais Inclusivas	10	

ü **Área 4: COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Comunicação Assertiva e Comunicação Não Violenta	60	TODAS as unidades, inclusive ZONAS ELEITORAIS
Técnicas na Elaboração de Documentos: Sentenças, Certidões e Instrumentos Normativos	40	
Elaboração de Pareceres e Manifestações Jurídicas	40	
Indexação de Acórdãos e Resoluções	10	

ü **Área 5: LEGISLAÇÃO, NORMATIVOS E RITOS (Formação, Atualização e Aperfeiçoamento)**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Aposentadorias, Pensão Civil, Abono de Permanência e Benefício Especial	5	Servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas e demais indicados.
Averbação de Tempo de Serviço	9	
Lei 8.112/90 - Estatuto dos Servidores Públicos Cívis da União	12	
Previdência Social	2	

ü **Área 6: DIREITO ELEITORAL (Normativos, Atualizações e Ritos)**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
-------------	--------------------------	--------------

Direito Eleitoral e Jurisprudência Correlata (Atualização)	20	ZONAS ELEITORAIS, SJD, ASPRES e demais servidores interessados
Corrupção, Delação Premiada e Homologação de Acordos	20	
Crimes Eleitorais	20	
Processo Penal Eleitoral	20	
Ações Cassatórias na Prática: da Inicial à Sentença	20	
Cumprimento de Sentença e normativos internos do TSE e CNJ que regulamentam a Execução de Decisões Judiciais no âmbito eleitoral	10	

ü Área 7: ORÇAMENTO E FINANÇAS

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
EFD REINF/DCTF Web	3	Servidores da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças e da Corregedoria Regional Eleitoral e demais indicados.
Siafi WEB	6	
Tesouro Gerencial	6	
Folha de Pagamento no SIAFI / Execução Orçamentária e Financeira da Folha de Pessoal	3	
Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento do Governo Federal	2	
Reforma Tributária - Lei Complementar 214/2025 (regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023)	8	

ü Área 8: GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Gestão de Risco para Acervo Museológico e Arquivístico	3	Servidores da CEMEB e demais indicados.
Gestão de Bibliotecas, de Memória e Preservação de Documentos Digitais	3	
Gestão de Periódicos Eletrônicos	2	
Gestão de RDC-Arq	2	
Gestão de Documentos Digitais	5	Servidores da CEMEB e COMED e demais indicados.
Gestão em Ouvidoria	2	Servidores da OUVIDORIA.
Gestão por Competência no Setor Público	10	Servidores da COEDE e demais indicados.
Gestão de Pessoas - Desenvolvimento Organizacional	1	Servidores da COEDE e demais indicados.
Gestão de Frotas	2	Servidores da SETRAN e demais indicados.

ü Área 9: PLANEJAMENTO E ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
-------------	--------------------------	--------------

Gestão de Projetos: Planejamento, Execução, Monitoramento, Controle e Finalização	20	Alta Gestão do Tribunal e, LIODS, AGG, NGGs e demais indicados
Planejamento Estratégico orientado para Execução	10	
Gestão Ágil de Projetos	10	

ü **Área 10: INOVAÇÃO E SISTEMAS**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Sistema ELO: Cadastro Eleitoral, Operações RAE e ASE	90	Servidores lotados nas diversas Zonas Eleitorais e CATE.
Sistema ELO: Formulários, Fechamento e Envio de Lotes, Banco de Erros, Duplicidades de Inscrições etc.	50	
Inteligência Artificial e Automação nas Decisões Judiciais	10	Servidores da ASPRES, ASCRE, ASPLEN e Zonas Eleitorais.
Power BI - Business Intelligence	25	Servidores lotados nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.
Sistema Contratos.gov - Completo	50	Servidores designados fiscais e gestores de contratos e demais indicados.
REFIS - Programa de Recuperação Fiscal	4	Servidores da SJD e ASPRES
Sistema COMPREV - Compensação Previdenciária	5	Servidores lotados no NTJSGP
SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal	3	Servidores lotados no GABSAO.
Curso do Moodle	4	Servidores da EJE e SECAP

ü **Área 11: SEGURANÇA PESSOAL E PATRIMONIAL**

Capacitação	Quantidade de servidores	Público-alvo
Abordagem e Defesa Pessoal (uso do bastão retrátil)	3	Membros do Gabinete da Polícia Judicial e da Comissão Permanente de Segurança
Segurança da Informação e Inteligência voltado à Segurança Pessoal e Patrimonial	3	
Armamento e Tiro	3	
Segurança e Proteção de Dignitários	3	
Direção Defensiva, Operacional e Evasiva	3	

CYNTHIA EDWARDS MOUTA
DIRETORA-GERAL



Documento assinado eletronicamente em **14/02/2025**, às **16:50**, conforme artigo 1º, §2, III, b, da [Lei nº 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-am.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0000434750** e o código CRC **70CF20DB**.